

UMA BREVE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE JAIR BOLSONARO PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS¹
Diana Patricia Ferreira de SANTANA²

■ **RESUMO:** Como efetuar uma rápida avaliação preliminar das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira? Responder sumariamente a tal questão é o objetivo deste texto. Para isso, seguiu-se uma linha de raciocínio que destacou, em primeiro lugar, uma retrospectiva da política externa brasileira e sua mudança no governo Temer; em seguida, uma análise das propostas de política exterior de Jair Bolsonaro; e, por fim, uma conclusão na qual se dá ênfase às possíveis consequências desse novo rumo. A hipótese preliminar geral é que há uma guinada dos setores que venceram as eleições de 2018 em relação à política externa do novo governo, que busca um alinhamento incondicional com a política norte-americana.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Política externa brasileira. Governo Bolsonaro. Hegemonia norte-americana. Imperialismo norte-americano.

A política externa brasileira dos séculos XX e XXI: um breve panorama

Um marco indubitável no início da República e do século XX no contexto da disputa inter-hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos foi a mudança de rumo e a escolha das classes dominantes brasileiras, bem representadas pelo Barão do Rio

¹ UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. rodrigopassos@marilia.unesp.br.

² IFPR – Instituto Federal do Paraná. Campus de Ivaiporã. Ivaiporã – PR – Brasil. 86870-000. dianapfs@usp.br

Branco, pelo alinhamento da política externa do país em favor dos Estados Unidos, contrapondo-se à opção preferencial britânica e europeia de nossos vizinhos argentinos. Esta linha-mestra permaneceu, com maiores ou menores variações até o início dos anos 1960, quando a política externa independente dos governos Jânio e Jango iniciou uma nova mudança de orientação. Tal oscilação também ocorreu durante os governos militares de Castello Branco, Costa e Silva e Médici, a despeito de todos eles darem indicações de uma preferência pelos Estados Unidos.

Em outra oportunidade (PASSOS; FRANCO, 2017), analisou-se em linhas gerais a reorientação da política externa brasileira, durante o governo Geisel, dando destaque à atuação do chanceler Azeredo da Silveira (1974-1979) e procurando mostrar o início de uma alteração de rota. Desde então, foi se efetivando uma guinada, com a adoção de uma política externa mais autônoma com relação aos Estados Unidos, marcada pela diversificação de relações com outros Estados e regiões do globo, ainda que isso não tenha significado uma política contra-hegemônica ou anti-imperialista. É óbvio que sempre haverá diferenças relevantes na política externa de um país, se observarmos a ação dos diferentes governos. Contudo, é sempre importante ter em mente as linhas de continuidade e os momentos de inflexão, especialmente quando referidas às grandes transformações da sociedade capitalista.

Na oportunidade mencionada, procuramos realçar um aspecto metodológico importante em termos do que Gramsci (1975) chamava de “análise de situações: relações de força”. Dito mais claramente, tendências conjunturais de governos, partidos e inclinações políticas de certos mandatários do executivo nacional, além de argumentos eivados de voluntarismo, politicismo, estadocentrismo e economicismo, não são suficientes para caracterizar o esgotamento das forças sociais e históricas em um contexto de totalidade. Neste sentido, definições dualistas e muito reducionistas de hegemonia e imperialismo³ que focam

³ Diga-se de passagem que hegemonia não é sinônimo de mera dominação ou preponderância econômica e político-militar em termos de um Estado tomado abstratamente sem a participação de classes e seus estratos. Ela envolve uma concepção de mundo com um conjunto muito maior de aspectos a serem analisados (GRAMSCI, 1975). No mesmo diapasão, o imperialismo não pode ser reduzido a mera financeirização da economia mundial, tampouco ser sinônimo de iniciativas políticas de Estados com objetivos belicistas, expansionistas e agressivos, prescindindo dos conflitos envolvendo comunidades e coletividades concretas. As sínteses e mediações que o capital financeiro efetua com as atividades produtivas e os vários aspectos das relações sociais desencadeados com esse tipo de dinâmica remetem a um processo histórico muito mais amplo (HILFERDING, 1981; FRANCO, 2015).

os fragmentos, mas não o todo ou o processo histórico em um sentido mais amplo, não são suficientes para caracterizar esta ou aquela política externa de um período, Estado ou governo específico como anti-imperialista ou contra-hegemônica. Entram no rol desta avaliação todas as políticas externas brasileiras mais inclinadas e mais distantes dos Estados Unidos, com maiores ou menores pendores nacionalistas ou terceiromundistas, de maior diversificação de nossas relações exteriores. Por exemplo, nos anos 1970 Comunidade Econômica Europeia passou a responder pelo maior volume de vínculos econômicos com o Brasil, condição antes ocupada pelos Estados Unidos. Mais recentemente, tal posto veio a ser assumido pela República Popular da China. Em poucas palavras, estar inserido em um processo histórico orientado por uma certa hegemonia não diz respeito a uma opção em termos de “escolha racional” ou de “interesse nacional”. É um dado objetivo das forças históricas, pensando-se em termos de totalidade. Acrescente-se que o sentido de tais reorientações e diversificações está na busca de possibilidades das classes dominantes nacionais e seus extratos, em conjunto com o capital financeiro, buscarem ampliar a acumulação de capital.

Em resumo, dois objetivos históricos pautaram a política externa brasileira com algumas variações desde a extinta Liga das Nações até 1974: uma relação mais próxima com os Estados Unidos e a busca de reconhecimento como um grande país. Destes objetivos, somente o segundo prosseguiu desde 1974 com a diversificação de relações políticas e econômicas outros países e blocos econômicos.

O governo Temer claramente assumiu em 2016 uma postura muito mais inclinada aos Estados Unidos, aparentemente enfrentando veladas resistências por tal opção no próprio – e conservador, diga-se de passagem – Ministério das Relações Exteriores. A mudança foi muito acentuada e provavelmente decretou o fim da orientação em prol da diversificação referida.

As propostas e declarações do candidato Jair Bolsonaro, bem como as medidas de transição anunciadas para o início de seu mandato, certamente corroboram a avaliação a respeito da tendência apresentada no governo Temer de aproximação muito maior com a política externa norte-americana. Este é o foco do próximo item do texto.

Tendências e desdobramentos da política externa anunciada por Jair Bolsonaro

É difícil fazer uma previsão sólida sobre o futuro da política externa no governo Bolsonaro no momento da escrita deste texto⁴. Todavia, é nítida a identificação de suas propostas e plataforma, no que se refere ao assunto, com o projeto autoritário, ultraneoliberal e pró-Estados Unidos que vem ganhando espaço nos últimos anos em vários países. Segue um brevíssimo inventário a respeito disso, com base no programa de governo apresentado nas eleições, nas declarações durante a campanha eleitoral, na composição de seu ministério e nos atos anunciados para a transição de governo:

a) Medidas completamente favoráveis aos Estados Unidos, à gestão Trump e ao capital financeiro. Os grandes do Norte são mencionados e louvados, junto com Itália e Israel, por oposição a “ditaduras assassinas” e à política exterior motivada por “razões ideológicas” (PORTAL FLAVIO BOLSONARO, 2018, p. 79). Desdobram-se destas propostas outras prováveis medidas de grande impacto, como se poderá observar a seguir.

b) Ruptura de relações com Cuba, já expressa pela perspectiva de cancelamento da cooperação no âmbito do Programa Mais Médicos.

c) A promessa de realização da transferência da embaixada brasileira para Jerusalém e a intenção em reconhecê-la como capital de Israel. O possível desdobramento é óbvio: sendo uma medida extremamente controversa em meio ao conflito árabe-israelense, pode ser utilizada para retaliações comerciais e diminuição de investimentos árabes no Brasil, ou até mesmo para motivar ataques terroristas, como apontado por alguns analistas. Em termos econômicos, países árabes e muçulmanos são responsáveis por 50% das exportações brasileiras de carne bovina e avícola.

d) Ataque ao Acordo de Paris, que contém cláusulas e metas ambientais, postura que também pode servir de base para retaliações comerciais e econômicas em âmbito internacional.

⁴ Dezembro de 2018.

Sintomaticamente, o Itamaraty divulgou em nota do dia 27 de novembro de 2018 que o governo brasileiro havia retirado sua oferta de sediar a 25ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP-25), programada para acontecer entre 11 e 22 de novembro de 2019 e tendo como pauta a negociação dos termos de implementação do referido Acordo. A justificativa oficial para a retirada da oferta brasileira menciona restrições orçamentárias e o processo de transição para o novo governo. Contudo, no dia 28 de novembro, Bolsonaro admitiu ter interferido nessa decisão. Um funcionário de alto escalão do Itamaraty declarou, sob a condição de anonimato, que a ação sinaliza para as características da política exterior do futuro governo Bolsonaro (CHADE, 2018).

e) Aponta-se também para a possível retirada de cláusulas e barreiras econômicas e comerciais, o que pode incidir em maior abertura e vulnerabilidade da economia brasileira perante empresas estrangeiras.

f) O discurso pela criação de um “novo Itamaraty”, baseado em parcerias políticas e econômicas supostamente destituídas de motivações ideológicas. Conforme apontado, há indícios de resistência do corpo diplomático nacional ao alinhamento aos Estados Unidos, política já adotada no governo Temer, mais recentemente, e também presente no governo Collor. A renovação do Itamaraty é um tema que reaparece quando se analisa, mais adiante, o perfil do Ministro anunciado para as Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

g) Defesa de políticas contrárias às minorias, indígenas, e à maioria negra. Nesse caso, um dos desdobramentos possíveis é a efetivação de uma política de genocídio de indígenas, quilombolas e camponeses, em favor da violenta expansão da fronteira agrícola.

h) Propostas em torno da retirada ou facilitação de barreiras para o capital financeiro, incluindo a independência do Banco Central.

i) Ênfase em relações e acordos bilaterais e não em iniciativas multilaterais.

j) Abandono da prioridade da diplomacia de diversificação de relações com o Terceiro Mundo, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Uma aproximação com o novo governo conservador chileno também é bastante enfatizada.

k) Com consequências de difícil mensuração, a retirada do país da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), classificadas como “inúteis”.

l) A julgar por declarações e atitudes xenofóbicas do presidente eleito, de seus filhos e de ministros escolhidos para o governo, a falta de abertura a povos refugiados, como haitianos, venezuelanos e sírios. De maneira sintomática, o futuro chanceler Ernesto Araújo anunciou, no dia 10 de dezembro de 2018, a saída do Pacto Global de Migração a partir de 2019, a despeito de o Brasil tê-lo aprovado em julho de 2018 na Assembleia Geral da ONU junto com os outros 192 Estados-membros, com exceção dos Estados Unidos. A alegação do Ministro é de que o tema não deve ser encarado como uma questão global, mas sim, “de acordo com a realidade e soberania de cada país”. Segundo Araújo (apud MONTESANTI, 2018), “a imigração é bem-vinda, mas não deve ser indiscriminada” e deve “haver critérios para garantir a segurança tanto dos migrantes quanto dos cidadãos no país de destino”. Em sua fala, não há clareza quanto a quais seriam tais critérios.

m) Distanciamento político-econômico em relação à República Popular da China e aproximação com Taiwan, visitada por Bolsonaro quando candidato. As consequências podem ser impactantes, na medida em que Pequim detém o maior volume de relações econômicas com o Brasil e é a segunda potência econômica global da atualidade.

Em recente entrevista, o general Hamilton Mourão, vice-presidente eleito fez ressalvas a essa perspectiva de redirecionamento das relações com o país asiático. Segundo ele (apud BERGAMO, 2018), falas contrárias à República Popular da China seriam “mais uma retórica de campanha”, acrescentando que “não podemos descuidar dos outros grandes atores da arena internacional. Não podemos nos descuidar do relacionamento com a China”.

Assim, percebe-se que o acirramento de conflitos de política externa marca a tonalidade geral dos temas mencionados. Em poucas semanas da transição de governo, as falas do presidente e seu núcleo próximo desqualificaram culturalmente a Europa, com destaque ao já mencionado Acordo de Paris, e à cooperação com a Noruega na questão ambiental, além de criarem tensões com o mundo árabe e muçulmano.⁵

O perfil e alguns dos textos de Ernesto Araújo acrescentam aspectos ainda mais graves. É sabido que sua indicação partiu do filósofo Olavo de Carvalho, com quem teria em comum não somente a defesa da gestão Trump, como também certas abordagens místicas, um pendor religioso e a paranoia da onipresença do marxismo e do assim chamado “marxismo cultural” nas universidades. Pode-se destacar, por exemplo, o fato de que Araújo – ainda que tenha, posteriormente, classificado tal episódio como uma brincadeira – finalizou uma palestra para alunos do Instituto Rio Branco com a imagem de discos voadores circundando o prédio da ONU e a seguinte interrogação: “Secret UFO meeting at the UN?” (apud GALHARDO, 2018).

Conforme apurado por João Paulo Chartheaux (2018), a ascensão de Araújo até o topo do Itamaraty é surpreendente, considerando-se sua origem e sua trajetória dentro da instituição. Araújo, quando da defesa de sua tese no Curso de Alto Estudos do Itamaraty⁶, sustentou a posição brasileira no âmbito do MERCOSUL, usando frases de efeito – prenunciando seu pendor para abordagens e metáforas místicas – como pode ser observado no trecho abaixo:

Toda percepção da realidade tende a ser ideológica, pois se baseia em certos postulados irredutíveis à observação empírica. Assim, a visão segundo a qual o Brasil é ideológico nas negociações extra-regionais do Mercosul é ela mesma ideológica, pois fundamenta-se na concepção de que ampliar os laços com países ricos nos fará também ricos, graças a uma espécie de contato mágico, independentemente de saber se esses laços constituem-se ou não em instrumentos desequilibrados e desfavoráveis ao Brasil.

⁵ O cancelamento unilateral e abrupto de compromissos do chanceler Aloysio Nunes Ferreira no Egito no fim de 2018 por parte deste país no período de transição é exemplar neste sentido.

⁶ Pré-requisito para ser promovido da posição de Conselheiro à condição de Ministro de Segunda Classe, etapas anteriores da carreira progressas ao seu topo, a posição de Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

O desejo de ser bem visto e aceito pelos grandes, a identificação com o opressor (que encobre e ameniza o sentimento de opressão), também ajudam a conformar essa visão, sem basear-se em nenhum estudo econômico concreto. Mesmo do ponto de vista mais específico do acesso a mercados, a argumentação ‘anti-ideológica’ vai sempre no sentido de que convém negociar com os grandes mercados, sem se preocupar em determinar se as negociações efetivamente reduziram barreiras ao acesso de nossos produtos de exportação àqueles mercados, nem a que preço. Ignora, ademais, o fato de que os mercados em mais forte expansão no mundo há vários anos são os de países em desenvolvimento, situação que tende a projetar-se no futuro (ARAÚJO, 2008, p. 172-173).

Ou seja, Araújo refutava com veemência o argumento de “política externa ideológica”, provavelmente referindo-se à orientação do governo Lula, ao qual sucumbiria posteriormente nos artigos divulgados em seu blog e em outras publicações oficiais da diplomacia até ser alçado ao comando do Itamaraty.

Sua nomeação causou mal-estar, já que foi considerada uma quebra do decoro interno da instituição para nomeações de chanceleres. Normalmente, o cargo era atribuído a diplomatas experientes, com atuação anterior em embaixadas no exterior. Mais do que isto, Araújo, ao publicar texto com um tom agressivo de crítica e de desqualificação do Itamaraty e das políticas externas pretéritas, aprofundou a percepção negativa em torno de sua pessoa. A consequência foi um conjunto de críticas bastante severas a sua postura, na forma de um manifesto anônimo que circulou no Ministério, criticando a paranoia do “ideologismo” e do “marxismo” como se todos estivessem errados e ele fosse o portador e único mensageiro da cura, tal como um “pastor tarja preta” ou a elaboração de raciocínio típico de “um mero surto psicótico” (apud SEGALLA, 2018). Além disto, o documento aponta a ausência de uma proposta precisa e consistente de objetivos para a política externa nacional. O fato é que, na nova linha abraçada por Araújo, o *ethos* da conciliação típico da profissão de diplomata não está presente.

Em texto publicado em 2017 (ARAÚJO, 2017), já se anunciava o caráter escatológico e alarmista de suas leituras do mundo e de suas proposições. A tese desenvolvida se baseava na abordagem denominada de “choque de civilizações”, que em suas versões mais extremadas possui rompantes de racismo, cruzadismo,

simplificações argumentativas e paranoia⁷. Nesta linha, Araújo sustentava que Donald Trump seria o único governante capaz de liderar o Ocidente como civilização no sentido de resgatar sua essência. Para isso fazia uma defesa quase fundamentalista da cultura Ocidental, valorizando o seu “espírito”, o patriotismo, as tradições e o nacionalismo, como meios de defendê-la das ameaças provocadas pela civilização muçulmana. E o fazia com base em argumentos e metáforas repletas de conotações místico-religiosas – o Santo Graal, por exemplo –, que antecipavam a pauta “contrária ao globalismo” e a oposição ao pluralismo, que seriam explicitadas quando do anúncio de seu nome como chanceler.

Destacam-se abaixo alguns trechos do artigo em questão, nos quais essa lógica fica evidente:

Quanto à Índia, à China e ao Japão antigos, seria preciso examinar a questão das origens do nacionalismo nessas culturas também. Mas é certo que, na antiguidade mediterrânea e centro-asiática, nada se compara a Salamina. Pode-se formular a hipótese de que Índia, China e Japão dão hoje continuidade a uma longa linha nacionalista que principia nos primórdios desta cultura; todos eles praticam um profundo exclusivismo cultural, preservam e defendem sem pudor seus deuses e a tumba de seus ancestrais. No entanto, segundo os dogmas politicamente corretos de hoje, aquelas culturas não são chamadas de “fascistas”. Só se contesta a identidade, só se prega a diversidade no Ocidente. Ninguém reclama de que a China e o Japão preservem seu caráter profundamente sínico e nipônico. Por que só o Ocidente teria a obrigação da diversidade, por que só o Ocidente não teria direito à sua identidade? Por causas das guerras provocadas – diz-se – pelo nacionalismo, principalmente a I e a II Guerras Mundiais? Mas o Japão também lutou do lado errado na II Guerra e, no entanto, não sofreu o aniquilamento, a invalidação de toda a sua cultura pregressa, como a Alemanha, por exemplo,

⁷ De modo extremamente sumário, a abordagem em questão sustenta que após a Guerra Fria, a nova referência mais relevante de poder na política internacional é a cultura. Ela incide principalmente no referencial das grandes religiões do planeta, que seriam o parâmetro para dividir o globo em blocos de Estados, as civilizações, vistas de forma na maioria absoluta das vezes monolítica, uniforme, coesa, sem conflitos e subdivisões internas. Duas das mais importantes linhas de guerra e conflito seriam entre a civilização cristã ocidental, liderada pelos Estados Unidos com a civilização sínica (China) e a civilização muçulmana. Samuel Huntington (1997; 2004) chegou a avaliar que um choque de civilizações estaria ocorrendo de forma catastrófica dentro dos Estados Unidos na medida em que a cultura hispânica estaria solapando apocalipticamente os valores anglo-saxônicos dos pais fundadores do país. Tal tese foi bastante apropriada para justificar a política unilateral, belicista e xenófoba de distintos presidentes norte-americanos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

sofreu. [...] O Ocidente pós-moderno da desconstrução de todos os significados é também o Ocidente politicamente correto da imposição de significados, da criação de tabus, da petrificação do pensamento. O Ocidente nasceu interrogando o sentido das palavras, mas ultimamente desistiu. Se Sócrates chegasse hoje e, usando o seu famoso método, começasse a perguntar: “o que é racismo”, “o que é justiça social”, “o que são direitos humanos”, “o que é um direito”, “o que é humano”, e se pusesse a desmascarar a insanidade intelectual e a superficialidade destes e de outros conceitos, seria novamente condenado a beber cicuta (ARAÚJO, 2017, p. 338 e 348).

Depois desta rápida argumentação, passemos aos apontamentos finais.

Considerações Finais

Em suma, há o prenúncio de uma linha política que ecoa o misticismo, o autoritarismo e a xenofobia do presidente norte-americano, avessa aos direitos fundamentais e ao pluralismo político e cultural.

O escolhido para as relações exteriores aparenta não somente um enorme descaso para com os protocolos diplomáticos internacionais assumidos, como também expressa um raciocínio descolado de questões históricas amplamente conhecidas. Considerando que a função do Chanceler de um país é justamente a de zelar pelas boas relações com outros Estados, suas declarações apenas contribuem para criar uma animosidade e uma associação automática com a postura controversa de Donald Trump, ponto que não acrescenta nada de positivo à imagem do país.

Ademais, é provável que a diplomacia, sob a orientação de seu Chanceler, acabe por se alinhar à hegemonia e aos interesses do imperialismo norte-americanos num nível sem precedentes na história da política exterior brasileira.

Um alinhamento automático aos Estados Unidos e a Israel, com críticas crescentes à República Popular da China, se parece muito mais com uma petição de princípio conservadora fechada em si mesma do que uma avaliação adequada de fins e meios para a consecução de objetivos políticos nas relações exteriores. Seja como for, os primeiros sinais são bastante nítidos nesse sentido, nos permitindo antever uma mudança de orientação que

pode significar terríveis consequências para a política externa brasileira.

PASSOS, R. D. F. dos; SANTANA, D. P. F. de. A brief analysis of Jair Bolsonaro's proposals for Brazilian foreign policy. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 89-101, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *How is it possible to make a short and preliminary evaluation of Jair Bolsonaro's proposals for Brazilian foreign policy? Answering briefly to such an issue is the purpose of this text. Toward this, the following sequence will be observed in the line of argument of this analysis: first, a very brief retrospective of Brazilian foreign policy, its changing elements in the Temer government; then a brief analysis of Bolsonaro's foreign policy proposals; and, finally, the final considerations will point to short conclusions. The general preliminary hypothesis to be presented is the direction of the dominant national sectors in relation to the new government's foreign policy toward US imperialism and hegemony.*

■ **KEYWORDS:** *Brazilian foreign policy. Bolsonaro government. US hegemony. US imperialism.*

Referências

ARAÚJO, E. H. F. *O Mercosul: negociações extra-regionais*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2008.

ARAÚJO, E. H. F. Mandato popular na política externa. *Gazeta do Povo*. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/mandato-popular-na-politica-externa-dz03voyxuwbd3ds9rm0n696gh/>. Acesso: 27 nov. 2018.

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, ano III, n. 6, jul./dez. 2017, p. 323-357.

BERGAMO, M. Hamilton Mourão: Não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2018. Caderno A, p. 4.

CHADE, J. Decisão do Brasil de não sediar Conferência do Clima causa mal-estar diplomático. *UOL*, 24 nov. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/ag-estado/2018/11/29/decisao-do-brasil-de-nao-sediar-conferencia-do-clima-causa-mal-estar-diplomatico.htm>. Acesso: 11 dez. 2018.

CHARLEAUX, J. P. Como o chanceler de Bolsonaro defendia o governo Lula em 2008. *Nexo Jornal*, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/27/Como-o-chanceler-de-Bolsonaro-defendia-o-governo-Lula-em-2008>. Acesso: 30 nov. 2018.

FRANCO, T. F. *Sobre a odisseia do capital* – comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias. Orientador: Eduardo Barros Mariutti. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GALHARDO, R. Slide de reunião secreta de óvnis na ONU foi brincadeira, diz Araújo. *Uol*, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/11/17/slide-de-reuniao-secreta-de-ovnis-na-onu-foi-brincadeira-diz-araujo.htm>. Acesso: 19 nov. 2018.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HILFERDING, R. *Finance capital* – A study on the latest phase of capitalist development. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, S. P. O desafio hispânico. *Política Externa*, v. 13, n. 1, p. 39-58, 2004.

MONTESANTI, B. Governo Bolsonaro deixará o pacto de migração, diz futuro chanceler. *Uol*, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/10/governo-bolsonaro-deixara-o-pacto-de-imigracao-diz-futuro-chanceler.htm>. Acesso: 11 dez. 2018.

PORTAL FLAVIO BOLSONARO. *O caminho da prosperidade* – proposta de plano de governo. Disponível em: https://flavio-bolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso: 05 dez. 2018.

PASSOS, R. D. dos; FRANCO, T. F. A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta

contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, F. L.; SANTOS, A. dos; CAMARGO, J. M. (orgs.). *A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise*. Bauru: Canal 6, 2017, p. 150-221.

SEGALLA, V. Em WhatsApp de diplomatas, chanceler é chamado de “pastor tarja preta”. *Carta Capital*, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-whatsapp-de-diplomatas-chanceler-e-chamado-de-pastor-tarja-preta/@@amp>. Acesso: 29 nov. 2018.

